

Sentença da Operação "Voo da Águia" adiada

A leitura da sentença do caso Voo da Águia pelo juiz Manuel Andrade ficou adiada para o dia 13 de Junho, terça-feira. O motivo prende-se, segundo informações da Secretaria do Tribunal, com a viagem do Procurador da República para São Tomé e Príncipe, em missão de serviço.

Após mais de um mês de julgamento, que provocou horas de alegações pela equipa da defesa, composta por sete advogados, para a expectativa sobre o veredicto do juiz da Primeira Instância. A sentença estava marcada para esta quinta-feira mas, devido à ausência do representante do Ministério Público, terá de aguardar mais alguns dias.

"Acho este caso emblemático. Digamos, o juiz encontra-se no meio de uma encruzilhada, entre dar uma satisfação à sociedade civil em relação ao crime organizado, neste caso o narcotráfico, e aplicar a lei com base nas provas produzidas no julgamento deste processo. Por estas e outras razões, existe toda esta expectativa sobre a sentença do Tribunal de São Vicente", comenta um civil, que assistiu à maioria das sessões de julgamento do caso Voo da Águia. Apesar do adiamento da sentença, a nossa fonte garante que vai esperar com serenidade pela próxima semana, na esperança de que não haverá um segundo atraso.

Uma das grandes interrogações que pairam sobre o veredicto do juiz é se Samira Paula será ou não alvo de uma atenuação extraordinária da pena. Ela que foi considerada pelo próprio juiz de julgamento como uma das peças fundamentais da audiência, juntamente com a arguida Maria Isabel. No entanto, o ponto fundamental deste processo de narcotráfico é saber se, na perspectiva do Tribunal de São Vicente, houve ou não associação criminosa entre os elementos supostamente envolvidos no "Voo da Águia". Igualmente, resta saber se o holandês Louis Martins pode ou não ser incriminado como o alegado cabecilha de uma organização criminosa.



CONDUTORES DA NATO INFRINGEM REGRAS DE TRÂNSITO

Contagem decrescente

Condutores da Nato andam a desrespeitar as regras de trânsito em S. Vicente, para desagrado dos mindelenses. A corporação já anotou os casos e ameaça tomar medidas punitivas. Isto quando o grosso das tropas do Tratado ainda está para desembarcar no Mindelo, pois devem chegar até o final desta semana. A nova vaga inclui a presença do General Delcour, Comandante da "Eurocorps", entidade que vai comandar as operações terrestres. É a contagem decrescente para o teste final da força de resposta rápida da Nato.

Condutores da Nato continuam a desrespeitar as regras de trânsito na cidade do Mindelo, mesmo depois da ameaça do Tenente-Coronel Petter Lindqvist de tomar medidas punitivas em relação aos infractores. Duas viaturas foram flagradas por **ASemana**, quando estavam mal estacionadas em plena Rua de Lisboa, zona que, em princípio, costuma estar sob constante policiamento. Um dos jeeps estava estacionado em contra-mão, em frente ao Mercado Municipal, e outro encostado a um sinal de estacionamento proibido.

Colocado perante as fotografias, o Tenente-Coronel Patrick Poulain franziu a testa, sem poder esconder a sua indignação quanto à postura de determinados militares da Nato na cidade do Mindelo. "Demos conselhos específicos aos condutores para tentarem respeitar sempre as regras de trânsito, que são internacionais. Vamos tomar novas medidas e informar os polícias-militares que fazem patrulhas concertadas com as autoridades cabo-verdianas para estarem mais atentos a esses casos", garantiu o Tenente-Coronel Poulain, membro da força europeia "Eurocorps", colocado no centro de imprensa da Nato.

Apesar dos casos flagrantes de desrespeito às regras de trânsito, só uma situação foi reportada ao Comando da POP, e refere-se ao estacionamento de duas viaturas em plena Praça Nova, em frente ao hotel Porto Grande. Segundo Tito Cardoso, os agentes de trânsito agiram, houve até alguma celeuma entre as partes que, na opinião do comandante da POP, foi originada por ruídos na comunicação entre os envolvidos. O certo é que os condutores da Nato foram multados e um relatório encaminhado para as instâncias dessa força multinacional.

"Há situações que podem ser provocadas pela falta de sinalização e, nesses casos, adoptamos uma postura pedagógica

e moderadora. Isto quando verificamos que não houve intenção do condutor, seja ele turista ou emigrante, em provocar tal embaraço", explica Cardoso, adiantando que a POP tem vindo a fazer um levantamento dessas dessintonias no trânsito para serem apresentadas à Edilidade e à Viação visando melhorar o trânsito em S. Vicente.

Até esta altura, a Polícia recebeu apenas uma denúncia formulada por um militar da Nato, vítima de assalto na via pública. O soldado afirma que lhe roubaram três telemóveis guardados dentro de uma viatura. O caso foi remetido à Judiciária, para investigação.

As situações anómalas envolvendo os militares estrangeiros têm vindo a merecer tratamento junto dos responsáveis da Nato, segundo um oficial cabo-verdiano abordado por este jornal. Além de medidas preventivas accionadas pela corporação, salienta a nossa fonte que o Alto Comando da Nato chegou a advertir os militares quanto a eventuais excessos, no contacto com os populares.

Comando da "Eurocorps" no Mindelo

2.700 militares estão, neste momento, concentrados nas ilhas de S. Vicente e de Santo Antão aguardando o início do "Steadfast Jaguar 2006". Segundo o Tenente-Coronel Patrick Poulain, o grosso dos soldados da Nato vai desembarcar em Cabo Verde até o final desta semana, em voos provenientes directamente da Europa. Trata-se de operacionais da Bélgica, Alemanha e França, três dos Estados-membros da "Eurocorps", uma entidade militar europeia composta ainda pela Espanha e Luxemburgo. Os militares são desembarcados no Sal e depois aerotransportados para S. Vicente, pelos chamados aviões tácticos. Nos últimos dias, garante Patrick Poulain, tem havido uma média de quatro ligações aéreas diárias entre Sal e Mindelo, com a crescente movimentação dos militares provenientes da Europa.

Entretanto, o General Delcour, comandante da "Eurocorps", chega este domingo à ilha de S. Vicente, para inspecionar as suas tropas, antes do arranque dos treinos no próximo dia 15 de Junho. O oficial belga vai ficar quatro dias na cidade do Mindelo, onde será acompanhado pelo seu Adjunto, o General espanhol Puentes.

A "Eurocorps", assegura Poulain, vai

comandar os exercícios terrestres, que serão realizados especialmente nas ilhas de S. Vicente e de Santo Antão, alguns deles com a participação de tropas cabo-verdianas. Em princípio, cada unidade terrestre da Nato deverá albergar dez elementos cabo-verdianos.

Os soldados adstritos à brigada da "Eurocorps" estão, por enquanto, acampados na Baía das Gatas, que comporta três batalhões: um belga, que será deslocado à ilha de Santo Antão durante as duas semanas de treinamento, e mais dois que vão continuar no Mindelo, sob as ordens de oficiais alemães e franceses.

Cerca de trezentas tropas vão ficar acampadas na Ponta do Sol, em Santo Antão, e, segundo apurou este jornal, os exercícios abarcam o salvamento de "reféns" e um assalto a um suposto acampamento terrorista. As operações vão ficar, no entanto, restritas ao território municipal da Ribeira Grande. Segundo dados não oficiais, a edilidade do Paúl impediu os treinos nessa zona, procurando cuidar e proteger os terrenos de cultivo.

Paralelamente ao programa militar, a Nato agendou uma operação destinada às autoridades cabo-verdianas ligadas ao serviço de protecção civil. Trata-se de um estágio, composto pelas vertentes teórica e prática, e que vai decorrer de 12 a 24 deste mês.

Pressionado por organizações ambientalistas preocupadas com o efeito dos sonares nos mamíferos marinhos, a Nato anunciou esta semana que vai usar o sonar vertical, utilizado pelas embarcações de pesca. Este tipo de aparelho, assegura o Tenente-Coronel Lindqvist, não afecta o sistema de orientação das baleias e dos golfinhos.

Os exercícios navais deverão decorrer ao largo de Santo Antão, a uma distância segura da costa. O número de navios e submarinos que estarão envolvidos nos treinos ainda não foi confirmado, mas aguarda-se a chegada a S. Vicente, no dia 26, de um submarino norueguês.

Com o início dos exercícios à porta, aumenta a movimentação de tropas no terreno. O último grande navio de transporte da Nato, o Avil Point, chegou esta sexta-feira ao Porto Grande com os porões repletos de equipamentos militares. Por outro lado, aeronaves vindas da Europa aumentaram o número de aterragens no aeroporto do Sal e de S. Pedro, ao longo desta semana.

Kim-Zé Brito

JULGAMENTO DECORRE NA PRAIA

Zifa nega ter qualquer participação nas mortes do Hermínio Almeida e do taxista Carlos Alberto Teixeira, conhecido por Tulá, dois dos vários crimes violentos atribuídos a esse repatriado dos Estados Unidos da América e que abalaram a cidade da Praia nos finais de 2004 e princípios de 2005.



Zifa nega envolvimento nas mortes de Hermínio e Tulá

Durante o seu depoimento no julgamento que decorre desde quarta-feira, na Praia, Zeferino Gomes (Zifa) afirmou que na hora dos dois homicídios encontrava-se a divertir-se na companhia de amigos, em locais distantes de onde ocorreram os crimes, e que “*não poderia estar, ao mesmo tempo, em dois lugares diferentes*”.

Zifa disse que estava no Palácio da Cultura com amigos quando Hermínio foi assassinado à saída do bar “LX” em Palmarejo. E, na hora da morte de Tulá, na Achada de Santo António, estava no Bar Relax, Palmarejo, também com mais amigos. Tal como os outros dois arguidos, Nilton Barbosa, vulgo Baygon e Gilson de Pina, conhecido por Giboli, Zeferino Gomes tinha boa aparência e mostrou-se bastante tranquilo durante as duas sessões ocorridas até hoje. Os réus são também acusados de uma tentativa de homicídio em Lém-Ferreira, contra um tal Tchitcho.

O primeiro a ser ouvido foi Baygon (Nilton Barbosa) que aguardava o julgamento em liberdade. Nilton Barbosa, também conhecido por Nito, afirmou por sua vez que era amigo de Zifa, e que o visitou várias vezes no hotel onde se hospedava. “*Dormi lá algumas vezes e tomava banhos de piscina*”, salienta.

Quanto aos crimes de que é acusado, Nito diz que esteve com Zifa na ocasião da alegada tentativa de homicídio contra Tchitcho, e que ele mesmo disparou, “*para o ar*”, sete vezes. Confessou, ainda, que emprestava frequentemente a sua pistola ao Zifa, mas disse acreditar que este “*nunca a usou ou a fez disparar*”, baseado no facto de que Zifa “*devolvia a arma sempre com a mesma quantidade de balas com que eu a entregava*”. A mesma arma que foi encontrada no quarto

do hotel onde Zifa se hospedava. Giboli não falou. Negou-se a prestar quaisquer declarações.

A primeira audiência serviu, também, para auscultar as testemunhas de acusação, na sua maioria funcionários do hotel Praia-Mar. Todas confirmaram que Zeferino Gomes se hospedou três vezes no hotel.

Segundo uma das testemunhas, Zifa deu entrada na recepção do hotel sob o nome de Cristiano da Rosa. “*O nome só foi rectificado na sua terceira estadia, quando a PJ apresentou a sua foto. Daí que lhe pedi a sua identificação para corrigir a sua ficha de inscrição*”, explica. “*Ele mesmo se dirigiu à recepção para preencher uma nova ficha, a que chamamos de cartex*”, acrescentou. Segundo essa mesma testemunha, Zifa pedia mudança de quarto com frequência todas as vezes que se hospedou no hotel.

Uma outra testemunha confirmou que o arguido recebia no hotel visitas frequentes do co-arguido Nilton Barbosa, e que este chegou a dormir no quarto de Zifa. Quanto ao outro amigo de Zifa, Giboli, esta testemunha disse que só o viu no hotel uma vez, no corredor que dá acesso ao quarto em que Zeferino se hospedava.

Sobre a morte de Hermínio Almeida, uma testemunha – que trabalhava no bar onde este foi morto – relatou ao tribunal que Zifa esteve no bar no dia do assassinio, acompanhado de Giboli. Referiu ainda que Zifa e Almeida conversaram, em inglês, durante alguns minutos.

“*Giboli e Zifa foram embora e depois de um bom bocado alguém, parecido com Giboli, chamou Hermínio à porta. E mal o Hermínio saiu ouvi quatro tiros*”, descreve. A testemunha afirma,

ainda, que antes do acontecido Almeida recebera vários telefonemas, e em alguns deles “*só falava em inglês*”.

A **Semana** abordou o advogado de Zifa, Manuel Corsino Barbosa, para saber sobre a situação do réu depois dos depoimentos das testemunhas. Barbosa afirmou que ainda é cedo para dizer qualquer coisa, pois “*muita água pode rolar debaixo dessa ponte*”. Questionado sobre se Zifa pode sair absolvido, respondeu: “*Não posso dizer nada. Cabe ao Ministério Público dar a palavra final*”.

O julgamento é presidido pela juíza Samira dos Anjos. Na defesa, além de Manuel Corsino Barbosa, estão os advogados José António Tavares, defensor de Giboli, e Maria Antónia Cruz, defensora de Baygon.

Os três arguidos estão a ser julgados no 1º Juízo Crime do Tribunal da Praia, provisoriamente instalado na Achada Santo António, por causa das obras no Palácio da Justiça, no Plateau. E acontece sob um apertado dispositivo de segurança de agentes de Corpo de Intervenção. A POP também, controla os curiosos, que aguardavam na rua a saída dos arguidos. Contudo, toda a actividade no tribunal não passou despercebida, pois as sessões estavam abertas ao público.

HOMICÍDIOS

Durante cerca de seis meses, entre fins de 2004 e início de 2005, a cidade da Praia assistiu em estado de choque a vários crimes, considerados os mais violentos da história da capital. Tudo começou quando dois repatriados dos Estados Unidos foram encontrados mortos, ambos crivados de balas, na Cidadela.

Semanas depois, Hermínio Almeida, alegado traficante, foi morto por dois encapuçados à porta do bar LX, situado no bairro do Palmarejo. Almeida, que se encontrava no interior do bar, dirigiu-se a certa altura à porta de saída e, minutos depois, quatro balas de uma pistola 9 mm foram disparadas na sua direcção. O crime surpreendeu a população praiense, quanto mais não seja pela ousadia dos assassinos – eram dois os indivíduos vistos no momento, que fugiram de carro.

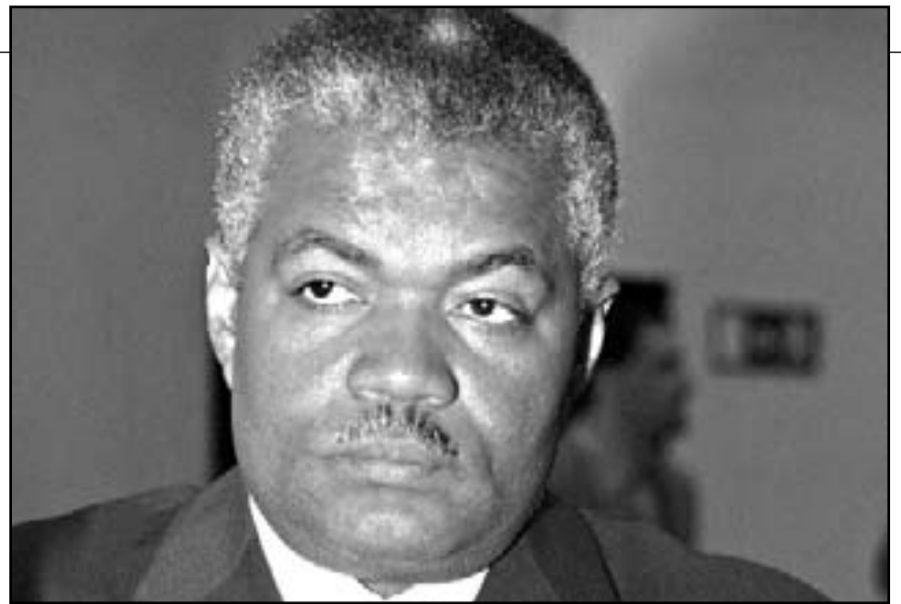
A 22 de Abril de 2005, mais um crime ousado veio juntar-se a este. Desta vez, a poucos metros da esquadra e Comando Regional da Polícia de Ordem Pública, na Achada Santo António. O assassinato de Tulá, dentro da sua própria casa, por volta das 3 horas da madrugada, coroava uma série de crimes de sangue que chocou a capital do país.

Zifa e Giboli foram presos a 27 de Abril, uma semana depois do assassinato de Tulá. Zifa foi preso pela Polícia Judiciária (PJ) no hotel Praia-Mar, onde se encontrava hospedado, como o principal suspeito. Já Giboli, ex-jogador da selecção cabo-verdiana de basquetebol, foi detido na sua residência, na Achada Santo António. Com ambos a PJ encontrou dinheiro, munições e armas de diferentes tipos – de pistolas a metralhadoras de alto calibre. Um dia depois, a PJ apresentou Baygon ao Ministério Público, por tentativa de homicídio.

Suspeita-se que todos esses crimes tenham um só objectivo: “*queima de arquivos*”, mas a certeza virá no próximo dia 14, quando termina o julgamento. Até lá, estão marcadas mais três sessões em que as testemunhas de defesa e acusação darão os seus depoimentos.

CONVENÇÃO DO MPD

Jorge Santos é o único candidato e, logo, provável próximo líder do MpD. Mas está longe de ser o “candidato de consenso” que há muito ele e outros sectores do seu partido andam à procura. Os seus potenciais rivais, João Domingos Correia e José Luís Livramento, ficaram pelo caminho. O primeiro por alegadas pressões dos grupos dominantes no partido e o segundo por falta de tempo para preparar, como gostaria, uma candidatura credível. Na pele do próximo líder ventoinha, Santos olha já para o futuro, com duras críticas ao governo, como convém a quem se presta ao papel de líder do maior partido da oposição.



Jorge Santos é candidato único

Actualidade

Sexta-feira, 09 de Junho de 2006

Jorge Santos é o único concorrente à liderança do MpD, estando a sua eleição prevista para o 2 de Julho, dia em que as estruturas do partido elegem também os delegados à Convenção, a acontecer nos dias 21, 22 e 23 desse mesmo mês. Na falta de concorrência, os militantes em condições de votar, num universo de 25 mil que o MpD costuma dizer ter, vão limitar-se a plebiscitar aquele candidato como seu presidente. E sem o sal da concorrência, o grande adversário de Santos é agora o nível de participação que o acto da sua eleição irá registar. Uma vez eleito, Santos será consagrado ou proclamado presidente do MpD durante a Convenção.

Na edição anterior deste semanário foi avançado que, além de Jorge Santos, poderiam estar na corrida à liderança do MpD o autarca do Tarrafal, João Domingos Correia, e o ex-ministro da Educação, José Luís Livramento. **A Semana** conseguiu, inclusive, chegar à fala com Livramento que – na véspera de viajar para Bissau, onde vai viver nos próximos tempos – admitiu a eventualidade de concorrer ao cargo, caso a proposta nesse sentido, surgida de um grupo de apoiantes, se mostrasse “com solidez e forte apoio das bases”.

Com Correia não foi então possível chegar à fala, mas elementos próximos dele garantiram essa candidatura. Entretanto, a situação conheceu uma reviravolta, pois, ao tomar conhecimento do que estava em preparação, um grupo de dirigentes e personalidades afectos a Jorge Santos conseguiu convencer o autarca do Tarrafal a desistir da disputa em nome do “consenso” que se pretende para o partido nesta fase da sua vida.

Presidente regente

Em relação a Livramento, a história é outra. Este, na altura potencial candidato, também deixou cair, por ora, o projecto de liderar o MpD. Na ausência de Livramento, um apoiante seu explicou a este jornal, sob anonimato, que o pouco espaço temporal de que dispunha não lhe permitiu avançar, como pretendia. “O calendário, feito para despachar Agostinho Lopes, não era propiciador a uma candidatura de Livramento neste momento”, alegou.

Este facto, acrescenta a mesma fonte, não significa, todavia, que Livramento apoie Jorge Santos,

como certos sectores procuram fazer crer. “Até hoje, em nenhum momento, Livramento afirmou que apoia Jorge Santos”, salienta a referida fonte, para quem vai-se assistir, uma vez mais no MpD, a uma solução oligárquica para a escolha do novo presidente do partido. “É o mesmo grupo de sempre, que põe e dispõe, a cozinhar esta solução, e nós somos contra isso”, avisa.

Entretanto, na impossibilidade de levar avante a candidatura de Livramento, este grupo anti-Jorge Santos parece agora concentrar os seus esforços na apresentação de uma lista à Direcção Nacional do partido na tentativa de evitar o unanimismo que dizem estar a desenhar-se no MpD. “A nossa estratégia é evitar que tudo fique nas mãos dos oligarcas”, diz esse dirigente, para quem JS vai ser um “presidente regente” até às próximas eleições autárquicas. “O verdadeiro líder está a caminho”, afirma.

Sem concorrentes, Jorge Santos apresentou-se na passada terça-feira num dos hotéis da capital, ocasião que serviu tanto para mostrar quem está com ele como para o “futuro” líder expressar os seus propósitos. Tempo também para endereçar críticas à governação do país, retomando o mesmo discurso do quadro negro que o MpD vem apresentando desde que se encontra na oposição. Para Santos, é “evidente aos olhos de todos” que Cabo Verde está mais endividado, com mais inflação e menos crescimento económico, com mais desemprego e mais desequilíbrios regionais. “Há efectivamente uma grande distância entre os discursos, a propaganda oficial e a realidade”, anotou.

Mas logo depois vem o paradoxo: “Apesar dos elevados recursos da ajuda externa que entraram e continuam a entrar no país, o Governo não tem sido capaz de estimular a economia real, incentivar o empreendedorismo e dinamizar o tecido empresarial cabo-verdiano composto essencialmente por micro e pequenas empresas. A opção por um Estado administrador, distribuidor e controlador de recursos só pode conduzir à ineficiência e ineficácia na aplicação dos recursos”.

Mas como para mudar o país, o líder do maior partido da oposição tem também de arrumar a sua primeira casa, a dada altura Jorge Santos vira-se para o interior do partido. E apresenta as 10 linhas mestras da sua moção de estratégia, divulgadas em primeira-mão por

A Semana na edição anterior. E assim, sublinhando mais de uma vez que o MpD é “um grande partido”, ensaia algumas saídas para essa afirmação. Daí diagnosticar também que o “partido interpela” a algumas reflexões, designadamente a necessidade de dotá-lo de “um quadro ideológico claro, assumido e partilhado por todos os seus militantes”. A situação financeira, a unidade e a confiança entre os membros da família ventoinha são outras preocupações do futuro líder.

Mas sem dúvida que a meta de reconduzir o MpD às vitórias é o grande objectivo a que se propõe JS. Quanto mais não seja para afugentar o “estigma” de interinidade que os seus críticos insistem em colar à sua candidatura. Por isso “ganhar as eleições autárquicas de 2008, com particular incidência para a Câmara Municipal da Praia, e preparar o partido para ganhar as eleições legislativas de 2011, são os grandes objectivos que deveremos prosseguir”, resumiu.

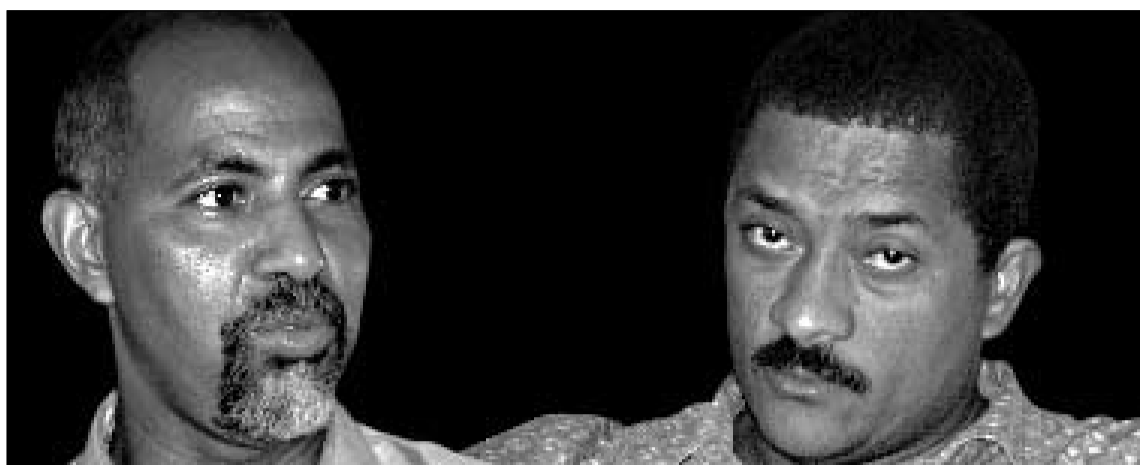
Eleições directas

De acordo com o regulamento eleitoral do MpD, aprovado na última convenção, o presidente dessa formação política é eleito directamente pelas bases. Esse acto é feito em simultâneo com a eleição dos delegados à Convenção Nacional. “O Presidente é eleito pelo sistema maioritário, em lista uninominal, por sufrágio directo e universal de todos os militantes de entre os candidatos propostos por um número mínimo de um décimo do colégio eleitoral”, acrescenta o mesmo regulamento.

O regulamento eleitoral estipula ainda que a candidatura a presidente deverá ser entregue à Comissão Nacional de Eleições do MpD até 30 dias antes da data da eleição, sendo que essa candidatura tem obrigatoriamente subjacente a apresentação de uma moção política de orientação nacional.

Quando à capacidade “eleitoral activa”, o regulamento impõe que apenas podem votar “os militantes do partido constantes do recenseamento” eleitoral do MpD e que “não tenham as quotas em atraso por período superior a três meses”. Na mesma linha têm capacidade “eleitoral passiva” os “inscritos há seis meses como militantes e que tenham todas as quotas em dia”. Portanto, que venham lá as primeiras eleições directas para o presidente do MpD. Ainda que apenas com um candidato.

O Partido da Convergência Democrática está praticamente em agonia. Ainda assim, alguns dirigentes defendem a sua continuidade, contra a vontade de outros que sugerem a sua extinção, pura e simples. Os críticos advertem que a actual Comissão de Gestão, que negociou a integração dos dirigentes laranjas na lista do MpD para as últimas legislativas, mais funcionou como a comissão liquidatária do partido. O presidente, Lino Monteiro, negou falar, a este periódico, sobre o futuro do PCD, alegando indisponibilidade por estar a cuidar das suas galinhas.



Eurico Monteiro e João de Deus Carvalho

PCD em morte lenta

A morte do PCD é já iminente, caso não surja um movimento de base contra tal possibilidade. É que, segundo os críticos, o partido não vem dando sinais de vida desde as últimas legislativas em que concorreu com dirigentes na lista do MpD. Uma estratégia que, na perspectiva das mesmas fontes, minou a possibilidade de sobrevivência dos laranjas, já que o PCD ficou sem representação parlamentar e, conseqüentemente, sem os 90 contos de subsídio que vinha recebendo mensal do Estado.

Diante de tudo isso, há quem responsabilize a actual direcção interina – a mesma que criou o grupo de trabalho, presidido pelo líder histórico Eurico Monteiro, e negociou a aliança política com o MpD. Acusam-na de ter funcionado mais como a comissão liquidatária do partido. Exigem, por isso, que seja convocado o III Congresso, previsto para acontecer entre Julho e início de Setembro deste ano, para se decidir da continuidade ou não do PCD.

Sobre este particular, Armindo Go-

mes, membro da Comissão Política, é claramente pela extinção do Partido da Convergência Democrática. *“Defendo que o partido seja extinto, porque o PCD depois das eleições de 1991 cristalizou-se, não combateu a bipolarização política protagonizada pelo PAICV e MpD e, com a demissão de Eurico Monteiro, ficou sem um líder carismático. A sua reactivação trará custos financeiros e sociais difíceis de se suprir”.*

Gomes advoga, por isso, uma dissolução formal e com dignidade do PCD, a qual deve ocorrer num congresso convocado especialmente para o efeito. *“O PCD está numa morte latente, o que é lamentável. É melhor a gente extinguir o partido com dignidade, do que mantê-lo em agonia até morrer. A não ser que surja messias ou um salvador da pátria para o refundar. Mas duvido que isso venha a acontecer”.*

Opinião idêntica tem um outro dirigente, que pediu anonimato, para quem a maioria dos membros do Conselho Nacional é pela extinção da organização.

“Discordo de que a actual Comissão de Gestão funcionou mais como uma comissão liquidatária do PCD. Os resultados das últimas eleições autárquicas ditaram esse rumo. Mas pode haver pessoas que queiram remar contra a maré”.

Alguns dirigentes são, no entanto, claramente pela continuidade do PCD, como é o caso de Ulbano Sá Nogueira. *“Defendo a continuidade do PCD, porque ele faz falta a Cabo Verde e à democracia. A ideia de extinção de partidos não se coaduna com o desenvolvimento da democracia”*, sublinha aquele dirigente, advertindo que caberá ao Congresso tomar uma decisão nesse sentido.

Outro defensor acérrimo do projecto PCD é João de Deus Carvalho Silva. O homem que substituiu Eurico Monteiro na liderança do PCD até 19 de Maio de 2005 – quando também cedeu lugar a novo dirigente – entende que *“PCD é um partido que tem espaço em Cabo Verde. A sua existência é fundamental para se criar consensos em torno de questões nacionais*

importantes e combater a crispação política provocada pela bipolarização política existente no país”.

De Deus diz, por isso, esperar que a direcção interina convoque, com a urgência possível, o CN para marcar o congresso que decidirá do futuro do partido. Se porém a convocatória não acontecer, o político perspectiva, com base nos estatutos em vigor, a movimentação das bases com vista à convocação do referido órgão. Carvalho Silva admite disputar a liderança do PCD, caso obtenha o incentivo e o apoio da maioria dos seus membros.

Abordado por este jornal, o presidente da Comissão Preparatória do Congresso, Lino Monteiro, que tem também a missão de gerir interinamente a organização, preferiu remeter-nos para outras fontes deste semanário dentro do partido, alegando estar indisponível, porque se encontrava no aviário a cuidar das suas galinhas.

ADP

Sexta-feira, 09 de Junho de 2006

Actualidade

Perda de mandato de Ribeiro ‘morre’ na secretaria



O processo de perda de mandato que decorria no Tribunal da Praia contra o presidente da Câmara do Maio, Manuel Ribeiro, interposto pelo Governo, na sequência da inspecção feita à CM daquela ilha, poderá ter chegado ao fim, por incumprimento do prazo estipulado na lei para o recurso, ao Supremo Tribunal de Justiça, da sentença ditada na Primeira Instância. Ao que consta, a Procuradoria da República não terá apresentado a tempo o recurso que contesta a decisão da primeira instância do 3º juízo cível que rejeitou a perda de mandato de Manuel Ribeiro, conforme solicitado pelo MP.

O governo, ao que se sabe, teria sido notificado da admissão do recurso desde 8 de Maio, mas o Ministério Público só apresentou

ao Supremo Tribunal de Justiça as suas alegações, contestando o teor da sentença proferida pelo juiz Sebastião de Pina, no passado dia 31. Isto é, fora do prazo estabelecido por lei, que é de oito dias úteis a contar da data de notificação da admissão de recurso.

Essa *“irresponsabilidade administrativa”*, segundo uma fonte de **A Semana**, obriga a que o processo de perda de mandato do presidente da Câmara Municipal do Maio acabe aqui *“de uma forma banal e, pior, impensável num Estado de Direito como Cabo Verde”.*

O processo interposto pelo MP no Tribunal da Praia surgiu na sequência de uma sindicância efectuada pela inspecção das Finanças que detectou falhas na gestão do autarca, sobretudo na venda de

terrenos públicos e privados sem cobertura legal. Tendo tomado conhecimento, o Ministério Público accionou um processo contra Ribeiro solicitando ao tribunal a sua perda de mandato. Só que, no início do mês de Maio, o Tribunal da Praia considerou improcedente o pedido do MP alegando, entre outras coisas, que apesar de resultarem *“provadas as ilegalidades, irregularidades e omissão na actuação do réu no exercício das suas funções”*, esses actos não assumem a gravidade legalmente exigida para a perda de mandato do presidente de Câmara.

De notar, entretanto, que o processo relativo às ilegalidades cometidas – e relatadas pelo juiz Sebastião de Pina como provadas – ainda está por julgar.

ESTADO E ELECTRA NÃO SE ENTENDEM

Cabo Verde está a ficar cada vez mais refém dos interesses lusos. É que, contra a vontade do Estado e dos municípios, o grupo maioritário EDP/Águas de Portugal na Electra suspendeu e adiou para 27 de Julho próximo a Assembleia -Geral da empresa, que tinha sido convocada para o dia 2, na cidade do Mindelo. Segundo CA da sociedade, tal adiamento se deve à necessidade de se adaptar o plano de negócios às novas tarifas de água e electricidade e à actual conjuntura económica, ditada pelos recentes aumentos dos preços de combustíveis. E enquanto a parte minoritária bate com a porta e o governo ameaça que vai tomar medidas drásticas, a Electra promete reforçar a sua capacidade instalada com ou sem a entrada em funcionamento de novos grupos de geradores.

Por: ALÍRIO DIAS DE PINA



Cabo Verde nas m

Cabo Verde está, no tocante ao fornecimento de água e energia, nas mãos do grupo económico EDP/AdP, que é sócio maioritário e parceiro estratégico da Electra. Isso viu-se ainda esta semana, quando a Assembleia-Geral, que esteve reunida no dia 2 e por pouco tempo no Mindelo, apenas aprovou o Relatório de Contas de 2005 e o Plano de Actividades para 2006. A aprovação do Plano de Negócios, que também constava da ordem do dia da sessão, foi retirada e transferida para a próxima AG, marcada para 27 de Julho.

Participantes da dita AG confirmam a este jornal que os representantes do consórcio EDP/AdP alegaram, para o adiamento de tal reunião, a necessidade de se adaptar o referido plano às novas tarifas de água e electricidade e à nova conjuntura económica, ditada pela recente subida no preço dos combustíveis. O Plano de Negócios tinha como novidade principal a criação de uma auditoria independente para o estudo económico da sociedade e o aluguer, por um período de três meses, de um grupo de reserva de 4 a 5 mega-watts. Tudo na perspectiva de reforçar a actual potência instalada de 18mw na central eléctrica da Praia, onde os apagões, com consequências negativas para os cidadãos, a actividade económica e do Estado, são já uma rotina.

Além de entenderem ser um desrespeito à parte cabo-verdiana, os representantes do Estado e dos municípios na Assembleia-Geral votaram contra tal proposta, por entenderem que a situação actual por que passa o país em termos de fornecimento de energia e água requer medidas urgentes, para pôr cobro aos frequentes cortes que se registam no fornecimento daqueles serviços essenciais em todo o arquipélago. *“Como importante instrumento de gestão, o Plano de Negócios devia ser aprovado na semana passada, por forma a se evitar mais atrasos na realização dos investimentos. A mesma AG poderia, no entanto, autorizar a Comissão Executiva da Electra a fazer depois os ajustes tarifários que julgar necessários”*, contrapõe uma das nossas fontes.

Ainda assim, o presidente do Conselho de Administração da EDP, António Mexia, representado no encontro pelo engenheiro Menderico, apresentou uma moção de confiança à Comissão Executiva da Electra, que foi aprovada com a abstenção dos accionistas cabo-verdianos.

O Estado e os municípios fundamentam ter tomado tal posição por causa do mau relacionamento da Electra com as autarquias, daí não fazer sentido votar favoravelmente à

referida moção de confiança.

A não aprovação dos principais instrumentos de gestão por parte da empresa e o incumprimento do plano de investimentos prometidos pela sociedade também pesaram na balança na hora da obstenção. Uma situação que vem provocando, conforme entendidos na matéria, frequentes cortes no fornecimento de água e electricidade em vários pontos do país, com destaque para a capital, Ribeira Grande de Santo Antão, Maio e Fogo.

REGULAMENTO TARIFÁRIO

A problemática da aprovação de um Regulamento Tarifário constitui a principal exigência da Electra para fazer face à actual situação de apagão e escassez de água que se regista, no início deste Verão, em vários pontos do território nacional. Embora tenha sido impossível chegar à fala com o presidente da sua CE que se encontra no exterior, este jornal está em condições de avançar que a EDP/AdP considera que os aumentos do preço de água e energia anunciados ultimamente pela Agência da Regulação Económica são insuficientes para cobrir os respectivos custos de produção.

Um técnico da empresa, que vem acompanhando esse “dossier”,



mãos da EDP/AdP

salienta que a ARE subiu o preço de energia para 24,5% e o da água para 13%, isto incluindo os 4,5% e 3% do IVA, respectivamente. “Mas em contrapartida o fuel óleo subiu para 63% e o Estado deixou de subsidiar o gásóleo nas centrais, que aumentou de 66\$00 para 87\$00 litro”, analisa a mesma fonte.

A mesma pessoa advoga que no que concerne à aprovação do Regulamento Tarifário a situação tem de ser resolvida, pois é um instrumento que além de servir para actualizar as tarifas de água e electricidade sempre que houver um aumento de combustíveis, deve também contribuir para o retorno dos investimentos realizados no sector.

O presidente da Agência da Regulação Económica, Renato Lima, rebate que a viabilização da gestão de uma empresa passe unicamente pelo reajuste das tarifas, mas antes pela adopção de outras medidas alternativas. “Fez-se um reajuste e não uma revisão tarifária dos custos de água e electricidade. Tudo está em aberto. Mas vamos analisar para saber se, de facto, esses aumentos vão criar problemas de tesouraria à Electra, como pretendem fazer crer alguns dos seus responsáveis”.

E um primeiro passo nesse sentido, informa Lima, é o facto de o administrador do pelouro da Energia da ARE se ter encontrado, na terça-feira, 6, no Mindelo, com dirigentes da Electra para realizar a primeira discussão do projecto de Regulamento Tarifário, que deverá ficar concluído dentro de três meses.

A mesma fonte acrescenta que a nova Fórmula de Ajuste Tarifário, que é um outro importante instrumento de gestão, já está consensualizada, faltando apenas aprovar o texto jurídico que servirá de suporte à sua publicação, prevista para acontecer ainda no decurso deste mês de Junho. “Trata-se de um documento que permite o ajustamento dos preços sempre que haja uma variação excepcional de um factor de custo. A sua aplicabilidade é feita sempre em função de um período previamente acordado”, explica o chefe máximo da ARE.

Sobre estes e outros aspectos levantados pela Electra, tentámos ouvir o director-geral da Energia, Abrão Lopes, mas este, através da sua secretária, fez saber que estava sempre ocupado. Mas o governo, através do ministro da Economia Crescimento e Competitividade (ver entrevista do MECC, edição

anterior), já fez saber que este é o ano de todas as decisões relativamente à Electra.

Além de admitir a entrada de produtores independentes na Praia, S. Vicente, Sal, Maio e Boa Vista, João Pereira Silva pretende tomar medidas de fundo. “Ou a Electra faz os investimentos, melhora o serviço, acabando com os apagões, alugando, se necessário for, grupos suplementares, ou nós sequestramos as instalações que estão em deficiente funcionamento e as pomos a funcionar. A figura de sequestro tem um prazo: logo que cessar as razões de sequestro, o concedente terá de notificar a concessionária para retomar a instalação”.

Pereira Silva ameaça tomar medidas mais drásticas, que poderão passar pela renegociação do contrato de concessão ou resgate da Electra. “Podemos, inclusive, abrir renegociações para modificar o contrato. O contrato extingue-se também por rescisão ou por resgate da empresa”, afirma o titular da pasta da Economia, para quem há reformas importantes que têm de ser feitas no sector de energia e o país não pode ficar a depender do posicionamento estratégico dos accionistas da Electra.

REFORÇO DAS CENTRAIS

A Electra vai reforçar, segundo informações recolhidas por este jornal, a sua capacidade de produção de água e energia em várias ilhas. Alguns dos projectos nessa área já arrancaram ou vão arrancar brevemente.

De Portugal chegará, até fim deste mês, um grupo de reserva de 4/5 Mega Watts, o qual contribuirá para reforçar a capacidade instalada de 18 MW da Central Eléctrica da Praia. Uma medida que servirá para normalizar o fornecimento de energia na capital, cujo consumo gira actualmente à volta de 17 MW.

Um grupo de 500 KW arrancou, desde o início desta semana, na ilha da Boa Vista. Uma outra unidade de igual potência já foi encomendada para a ilha do Maio. Aguarda-se, por outro lado, o embarque de dois geradores de 1000 KW cada, sendo um para Santa Cruz e o outro para S. Filipe, ilha do Fogo.

O informante deste jornal diz haver ainda projectos para a remodelação e extensão de linhas e reforço das centrais eléctricas de Santo Antão e Fogo, devendo as informações sobre o financiamento das mesmas serem confirmadas até Julho deste ano. Pensa-se, a médio prazo, dotar também essas duas ilhas de centrais únicas.

Estão igualmente em curso negociações entre o governo e o BAD para o financiamento de uma central única para toda a ilha de Santiago, cujo arranque poderá acontecer em finais de 2007. “Quando esta central entrar em funcionamento, a Electra prevê desactivar e remeter para as outras ilhas os grupos de geradores que actualmente funcionam nos vários municípios de Santiago. Isso poderá contribuir para elevar a capacidade global de produção de electricidade por parte da empresa e o abastecimento destes bens ao país”, prognostica o técnico.

Técnicos ligados ao sector avançam que esses investimentos chegaram com dois anos de atraso, porquanto todos eles constavam dos planos anteriores da Empresa Nacional de Electricidade e Água.

ADP



Cooperação entre os hospitais Amadora-Sintra e Baptista de Sousa

O Hospital Baptista de Sousa está preparado para fazer inserções de pacemaker e possui médicos altamente profissionais e competentes. Este é o entendimento do cardiologista Victor Gil, do Hospital Amadora-Sintra, de Portugal, que chefiou a equipa que efectuou a primeira cirurgia no HBS para a inserção de um pacemaker numa paciente. Segundo Gil, os colegas cabo-verdianos precisam agora treinar e ter acesso aos equipamentos para que o tratamento possa continuar a ser feito no país.



HBS coloca primeiro pacemaker em Cabo Verde

Amizade e solidariedade para com o povo de Cabo Verde e para com o “Baptista de Sousa” – sobretudo porque o hospital onde trabalha em Lisboa, o Amadora Sintra é frequentado por cabo-verdianos – foram os honorários e/ou remunerações da equipa médica chefiada pelo cardiologista Victor Gil, que na última quinta-feira efectuou a primeira cirurgia no país para a inserção de um pacemaker provisório numa paciente com mais de 60 anos. Agora, os médicos nacionais precisam treinar e fazer estágios em Portugal e, afirma Victor Gil, “estou convencido e muito optimista que para o ano, se calhar, estaremos a celebrar aqui a total autonomia dos colegas cabo-verdianos para colocar pacemaker”.

No dia em que o HBS fez história em Cabo Verde, o seu director clínico, Ernesto Rocha, lembra que este projecto começou há um ano com a vinda do cardiologista Victor Gil a Cabo Verde. Foi então que “ele se propôs colaborar com o HBS. A ideia era encontrar um aparelho pacemaker, vulgarmente conhecido por pilha, para o coração quando este funciona mal. Agora consumou-se a vinda desta equipa de cardiologistas, que disponibilizou um aparelho para o hospital, e a inserção de um pacemaker provisório numa paciente”, informa o director do HBS, que aproveita para destacar que há projecções do hospital para organizar a vinda de uma outra equipa do “Amadora – Sintra” em Setembro, para colocar pacemakers definitivos, em parceria com colegas cabo-verdianos.

De acordo com Victor Gil, está claro que se criou aqui em Cabo Verde um centro de “pacing”, com o envolvimento do “Amadora-Sintra”. O objectivo, afirma, é fazer com que os médicos cabo-verdianos aprendam, criem uma autonomia progressiva e assumam o processo. “Viremos cá algumas vezes e os médicos daqui

também irão a Portugal para aprender. Ficarão muito mais barato adquirir os pacemakers e colocá-los aqui em Cabo Verde. É este o investimento que precisa ser feito e é para toda a vida”.

Em termos quantitativos, segundo Victor Gil, a implantação de um pacemaker custa entre mil e 1.500 euros e só depois de sete a oito anos é que se deve substituir o gerador. Nesta fase, prossegue, não é necessária uma nova intervenção cirúrgica porque os fios que o ligam ao coração já estão colocados. “Estamos a falar de grandes vantagens. A primeira é tratar uma pessoa com problemas cardíacos num curto espaço de tempo. Antes os pacientes aguardavam vários meses por uma evacuação. Outra grande vantagem é a redução dos custos, para além da qualificação do pessoal do HBS”, enumera Ernesto Rocha, para quem, por tudo isso, o hospital de S. Vicente decidiu apostar neste projecto.

DOENÇAS DE ABUNDÂNCIA

Instado a pronunciar-se sobre as doenças do coração, Victor Gil admite que está a acontecer uma modificação das patologias em Cabo Verde. Ou seja, as doenças tradicionais, nomeadamente problemas de coração em consequência de febres reumáticas por exemplo, estão a ceder espaço para as doenças coronárias, aproximando-se do perfil daquilo que acontece nos países desenvolvidos. São disso exemplo, indica aquele cardiologista, as doenças do coração do tipo enfarte do miocárdio, hoje mais frequentes em Cabo Verde. “Mas este é um fenómeno que não acontece apenas em Cabo Verde. O desenvolvimento dos países leva a uma diminuição das doenças relacionadas com o subdesenvolvimento, que são normalmente as de consequências infeccio-

sas. Hoje começa-se a registar em Cabo Verde um crescimento das chamadas doenças da abundância”, sustenta.

Felizmente para os cabo-verdianos, o HBS já dispõe de um aparelho de pacemaker utilizável em vários pacientes, informa Victor Gil. Trata-se de um equipamento que resolve no imediato o problema dos doentes graves, permitindo a sua evacuação em totais condições de segurança. Segundo Gil, um único aparelho é insuficiente para as necessidades do país mas, pelo menos por agora, poderá resolver as situações mais complexas. “Acredito que daqui a poucos meses estaremos a trabalhar com pacemakers definitivos. Paralelamente, vamos estabelecer um diálogo clínico, numa primeira fase através de e-mail, que poderá evoluir para a telemedicina. Há aqui um projecto ambicioso, que partiu de um facto real que foi a implantação deste pacemaker”.

Entretanto, com a implantação dos pacemakers definitivos, uma outra necessidade precisa ser superada, que é o acompanhamento dos doentes. Sobre este particular, o cardiologista Pedro Cunha explica que o acompanhamento obedece a regras bem definidas e é feito através de uma consulta hospitalar com auxílio de um aparelho electrónico que analisa o pace maker, de seis em seis meses. “O pacemaker funciona como uma memória de dados cardíacos. Isto permite ao médico interrogar o pace maker para se inteirar do historial do paciente em termos cardioeléctricos. Também neste aspecto, no contexto deste projecto, temos a intenção de preparar os técnicos cabo-verdianos para fazerem o seguimento regular dos doentes de forma a detectar se o equipamento está a chegar ao fim da vida e programar com a devida antecedência a sua substituição”, conclui.

Constância de Pina

asemana

Director-geral da Saúde demite-se

Carlos Brito pediu esta semana a demissão do cargo de director geral da Saúde. Brito terá alegado divergências com o ministro da tutela na validação do Plano Nacional de Saúde. Mas há quem encontre uma outra justificação: o caso Morris, médico egípcio cuja renovação do contrato, tem em Brito um dos grandes opositores.

Carlos Brito pediu esta semana a sua demissão do cargo de director geral da Saúde. E aqui surge como primeira causa o Plano Nacional de Saúde elaborado por uma comissão criada para o efeito e aprovado recentemente pelo Ministério da tutela. Segundo consta, Brito não terá gostado da forma como o dossier foi conduzido, com a Direcção Geral a não ser tida nem achada para a sua validação. E isso, segundo fontes deste jornal, irritou aquele médico de profissão que, sentindo-se ultrapassado nas suas funções, decidiu bater com a porta.

Entretanto, há uma outra versão sobre este repentino pedido de demissão de Carlos Brito: o contrato de Morris Makar, facto que tem gerado contestações e manifestações a todos os níveis. Ao que se sabe, Brito é um dos grandes opositores à renovação do contrato com o médico egípcio, o que provocou alguma divergência de opinião com o ministro da Saúde, Basílio Ramos, que, pressionado pela opinião pública a manter o dr. Morris Makar, procura uma saída airosa para a situação.

Este caso, no entender das nossas fontes, terá sido a gota que fez transbordar o copo das relações hierárquicas entre o director geral da Saúde e o ministro da tutela, já um pouco trémulas com a validação do Plano Nacional de Saúde sem o aval da DGS.





Caso Morris Makar sobre a mesa

Os organizadores da manifestação que, na semana passada, saiu às ruas pedindo a renovação do contrato do médico Morris Makar, mantêm a sua determinação. Este jornal soube que esta semana representantes desse grupo estiveram reunidos com o ministro da Saúde, Basílio Ramos. Em discussão os caminhos possíveis para manter o médico egípcio em Cabo Verde.

A manifestação de sexta-feira passada seria, ao que disse na altura um dos orga-

nizadores, o derradeiro passo com vista a sensibilizar a sociedade, e as autoridades, para a importância de se manter o cirurgião Morris Makar em Cabo Verde. Isto quando o seu contrato, que tem sido renovado sistematicamente ao longo de mais de duas décadas, está a dias de chegar ao fim. Entretanto, os dados mostram que os apoiantes da permanência do cirurgião no país estão a jogar outras cartas.

Sinal disto é uma reunião, ocorrida na quarta-feira, entre representantes do grupo

e o ministro Basílio Ramos. No encontro, de certa forma alargado, mais uma vez foi defendida a ideia do que o país ganha com a renovação do contrato de Makar. Ganhos que, no ponto de vista dos apoiantes desse médico, ultrapassam em muito o peso do contrato para os cofres públicos.

Como resultado do encontro terá ficado, apenas, a abertura da parte de Basílio Ramos para a manutenção de Morris Makar em Cabo Verde. Entretanto não se avançou nenhuma medida concreta

para que isto seja possível. Não se sabe, também, se haverá um novo encontro com vista a se chegar a algum consenso.

Os dados concretos, neste momento, são que o médico egípcio, há 23 anos a trabalhar em Cabo Verde, não abre mão do seu contrato, pelo qual recebe um salário mensal de quatro mil dólares. E o contrato vigente expira nos próximos dias, tendo o médico já informado informalmente a alguns pacientes que a 20 do corrente mês já não estará no país.

Sexta-feira, 09 de Junho de 2006

Saúde

MARCA KRIT CANAPÉ DA CUÉTARA



Biscoitos prejudiciais à saúde em Cabo Verde

Os biscoitos aperitivos "Krit Canapé", produzidos pela Cuétara, e comercializados em Cabo Verde pela empresa Copa, S.A., receberam uma notificação da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos por conterem um alto teor de sulfitos, composto prejudicial à saúde. A Agência de Regulação do Controlo da Qualidade dos Produtos Farmacêuticos e Alimentares (ARFA), com sede na Praia, já informou a Inspeção das Actividades Económicas, a Direcção-Geral de Saúde e as Câmaras de Comércio para que o produto seja retirado do mercado cabo-verdiano.

O lote dos biscoitos "Krit Canapé 24x0,125 kg Export" em causa é o L62105B, fabricado a 7 de Março de 2006. Segundo dados divulgados pela EFSA, os biscoitos desse lote têm, de acordo com análises laboratoriais feitas num dos Estados-membros da União Europeia, um alto teor de sulfitos - um derivado do enxofre, utilizado como aditivo para prolongar a durabilidade dos alimentos.

AARFA já tomou conhecimento desta situação e alertou "as instituições que podem fazer alguma coisa" para que o produto seja retirado das prateleiras em Cabo Verde, disse uma representante da instituição ao A Semana. Entre as instituições que receberam o alerta conta-se a Inspeção das Actividades Económicas e a Direcção-Geral de Saúde, entidades que podem ordenar a retirada do produto de circulação, e a Câmara de Comércio,

Indústria e Serviços de Sotavento, que já informou os operadores económicos e as associações de defesa do consumidor. "Acredito que a empresa que comercializou o produto para Cabo Verde tenha sido induzida em erro, não conhecendo o teor do lote, mas agora temos que garantir que a saúde pública não seja posta em causa", avançou o responsável da Câmara de Comércio de Sotavento.

Considerando o tempo que se pode levar para localizar os lotes incriminados e retirá-los do mercado, e levando também em conta que não é possível o consumidor identificar o produto adquirido como fazendo parte do lote contaminado (a data de fabrico e o número do lote não constam do rótulo) é aconselhável evitar-se o consumo destes aperitivos, em particular, pelas pessoas asmáticas, mais susceptíveis de sofrer uma reacção alérgica grave.

Os riscos associados para a população em geral são reduzidos, podendo causar em alguns casos, náuseas, vómitos, diarreia, dores de cabeça e abdominais, refere a, entretanto extinta, Agência Portuguesa de Segurança Alimentar.

A Semana tentou contactar a empresa importadora deste produto, a Copa, S.A., baseada em São Vicente, mas não conseguiu, apesar das inúmeras tentativas, chegar à fala com nenhum dos seus responsáveis.

RVS

PUBLICIDADE



Jovens do Fogo beneficiam do "Programa de aprendizagem tradicional"

Cerca de uma dezena e meia de jovens da ilha do Fogo, à procura do primeiro emprego, beneficiarão do segundo "programa de aprendizagem tradicional", que será lançado pelo Centro de Emprego e Formação Profissional da região Fogo e Brava dentro em breve.

Segundo Francisco Souto Amado, director do Centro de Emprego da Região Fogo e Brava, o programa prevê a identificação de jovens à procura do primeiro emprego e que precisam reforçar a sua capacidade técnico-profissional, tendo em vista a sua colocação no mercado. Isto acontecerá "através

de um processo de negociação já em curso entre os serviços/empresas, Centro de Emprego e os próprios beneficiários".

À semelhança do primeiro programa implementado há dois anos e que beneficiou 16 jovens da ilha, dos quais 75 por cento foram recrutados pelos serviços e empresas que lhes serviram de suporte durante a formação, o segundo abrangerá os sectores de mecânica, canalização, electricidade, serviços de turismo, contabilidade e atendimento público. Este programa, segundo Souto Amado, enquadra-se na política de promoção do emprego,

para reduzir a taxa de desemprego e aumentar o rendimento.

Uma formação em gestão de pequenos negócios, destinada a 18 jovens de São Filipe e igual número no Concelho dos Mosteiros, é a próxima actividade deste Centro de Formação. Mas antes, no próximo dia 15 de Junho, os 32 formandos da região Fogo e Brava, que iniciaram em Novembro 2005 uma formação na Vila de Igreja, receberão o seu certificado de fim de curso, que os habilitará para a sua entrada no mercado do emprego independente.

CP

Enacol promove actividades no âmbito do mês da Criança

Depois de no Dia 1º de Junho ter proporcionado uma manhã diferente às crianças desfavorecidas de São Vicente, a Enacol, prepara agora uma acção com várias componentes, entre as quais a diversão. Segundo a responsável de marketing da Enacol, Fátima Gonçalves, este é um projecto que terá seguimento, para continuar a propiciar às crianças momentos felizes.

A ideia é iniciar no mês da Criança um programa recheado de pequenos momentos de felicidade e brincadeira. Para isso, segundo Fátima Gonçalves, a Enacol e a Kart Brincolândia estabeleceram uma parceria, que poderá proporcionar às crianças menos favorecidas, que normalmente não frequentam os recintos fechados de brinquedos, a oportunidade de poderem experimentar um.

"Satisfizemos esta vontade grande dessas crianças de desfrutar, por exemplo, dos carrinhos de corrida. Foi uma manhã de actividades e contou com uma afluência razoável de crianças", informa Fátima Gonçalves, para quem este é um projecto que tem continuidade e irá ser expandido a outras ilhas. "Nesta primeira vez quisemos apenas colocar os carrinhos na rua e dar às crianças desfavorecidas a oportunidade de desfrutar desses brinquedos", conclui.

CP

Programa infantil no Mindelo

JUNHO ABRAÇA AS CRIANÇAS

Junho, o mês da criança africana e do resto do mundo, será inteiramente preenchido com programas lúdicos, palestras e brincadeiras infantis, na ilha de S. Vicente. O ICM, em parceria com a autarquia de S. Vicente, decidiu transformar o mês de Junho numa estrada do conhecimento científico e da promoção dos direitos das crianças. Além de palestras temáticas, o programa inclui projecção de filmes, desporto, teatro, sem contar com a participação dos deputados mindelenses no Parlamento Infantil, que acontece na cidade da Praia.

Esta sexta-feira, as crianças terão direito a um regresso ao passado com o programa "A Hora do Conto". Uma iniciativa que já tem história na capital e que a edilidade mindelense resolveu reeditar também no Mindelo, para resgatar o antigo hábito de se contar histórias à soleira da porta ou então à sombra de uma árvore. O final desta semana será, entretanto, preenchido com um torneio de futebol-7 com a participação dos quatro centros de acolhimento do Mindelo: Centro Juvenil, Irmãos Unidos, Operação Carinho e Centro de Acolhimento Nocturno.

Algo inédito está, no entanto, guardado para o Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil. Segundo Jandir Oliveira, quatro artistas adultos prepararam uma peça teatral que vai pegar as pessoas de surpresa na rua, no dia 12 de Junho. "Eles vão simular um alvoroço na rua, nalguns pontos já identificados, e, quando as pessoas se

juntarem para saber o que se passa, aproveitam para falar, ainda em tom de discussão, sobre o trabalho infantil. Depois apartam-se", explica o responsável do Instituto dos Menores na cidade do Mindelo. Desta forma, os actores não só passam a mensagem mas também deixam as pessoas crentes que estão mesmo em pé de guerra por causa desse problema.

Na semana do Dia da Criança Africana, 16 de Junho, o programa é quase todo ele feito de palestras, uma sobre a importância dos espaços verdes nas cidades e outra relacionada com a seca e a desertificação, ambas destinadas aos alunos do ensino básico. No dia 16, os parlamentares juvenis estarão na cidade da Praia mas a Câmara de São Vicente planificou um momento de descontração para os que ficam. Acontece na praça Aurélio Gonçalves, onde vai decorrer o chamado brinquionato: uma espécie de parque de brincadeiras e jogos tradicionais. E na hora em que os deputados juvenis regressarem a S. Vicente, cumprida a sua missão de representação parlamentar, acontece um evento cultural que pretende promover o intercâmbio com as crianças de famílias provenientes do Senegal, Guiné-Bissau e Nigéria. "Queremos saber algo mais sobre a cultura, as histórias e os jogos infantis destes países", explica Oliveira. Esta actividade, a decorrer na quinta-feira, 22, será dedicada ao Dia da Criança Africana.

KzB



Ribeira da Torre celebra "Santíssima Trindade"



O Vale da Ribeira da Torre, mais concretamente a Chã de Margaridinha, em Santo Antão, festeja a Santíssima Trindade a partir de hoje, sexta-feira, 9. E vai até ao domingo, 11 de Junho. Esta festa de romaria, que se evidencia no panorama religioso Junino de Santo Antão, é um exemplo de como ainda se mantêm vivas manifestações sócio-culturais e tradicionais da ilha das montanhas.

A festa da Santíssima Trindade é comemorada de há dois anos para cá no Vale da Ribeira da Torre, Chã de Margaridinha, em Santo Antão e de ano para ano vem atraindo mais gente para o vale. Aliás, segundo Paulino Dias, um dos festeiros deste ano, a ideia é preservar as manifestações sócio-culturais que moldaram, ao longo de séculos, a personalidade do homem e mulher de Santo Antão. É o ruído do tambor, o colá, a música em acordes de violão, violino, cavaquinho. Mas também é a solidariedade social, que é uma das marcas da ilha, bem como as

actividades desportivas que preconizam o intercâmbio entre as comunidades do Vale, acontecer.

Como novidade para este ano, e porque se reconhece o papel que as manifestações sociais desempenham no processo de desenvolvimento da ilha, a organização introduziu no seu programa uma vertente formativa/informativa, também vai distribuir preservativos e folhetos sobre o HIV-Sida. Para hoje, sexta-feira, está prevista uma noite cultural com os tocadores de Ribeira da Torre, Grupo de Nhô Kzik e a dupla Ká & Titita. Também é noite de homenagem ao atleta Celestino Sousa, um natural do vale.

Amanhã, 10, a palestra Bacia Hidrográfica de Ribeira da Torre, proferida pelo engenheiro Orlando Freitas, delegado do Ministério de Agricultura em Santo Antão abre o programa. Mais tarde acontece o lançamento do livro "Gentes das ilhas - 61 histórias enquanto

o sono não vinha" do colaborador de **asemanaonline**, Paulino Dias. Este nosso colaborador destina a receita da venda do livro a um centro multimédia que vai montar para já na localidade de Fajã Domingas Benta. Toque de tambores com tocadores de Ribeira da Torre e arredores do Porto Novo, atletismo masculino e feminino, inauguração da estrada para Ribeira de Jorge, pelo ministro das Infra-estruturas e Transportes, futebol feminino, teatro com Juventude em Marcha e baile popular são pontos no programa de sábado.

No domingo, 11, as actividades religiosas preenchem o dia. Haverá missa solene, seguida da entrega de um terreno para a construção da capela da Santíssima Trindade em Fajã Domingas Benta, extração de ramos, verbena, entrega de troféu sucede-se depois... para tudo terminar num grande baile popular.

Constância de Pina



Formar para maior segurança do país

2006 foi traçado como o ano da segurança para todas as ilhas do arquipélago. A Polícia Nacional (PN) já elaborou vários planos de actuação, instruindo o seu pessoal a adquirir novos conhecimentos e técnicas modernas de prevenção.

É nesta senda que a PN aposta "fortemente" na cooperação com vários países amigos, como é o caso da França que, desde o início do ano, tem desenvolvido vários cursos na área de segurança, nomeadamente sobre: Tráfico de Drogas, Protecção a Altas Entidades, Assaltos a Barcos. Mas o destaque vai para o curso na área de Fraude Documental, terminado na semana passada.

O curso surgiu depois da visita de uma delegação francesa a Cabo Verde, em Março último, que veio auscultar as necessidades da polícia cabo-verdiana e destacou entre as preocupações das autoridades policiais a falsificação de documentos e o controle das fronteiras.

Durante cinco dias, cerca de 30 formandos das polícias de Ordem Pública, Judiciária e Marítima e dos serviços de Imigração e Fronteiras puderam aprender um conjunto de técnicas de falsificação de documentos e conhecer elementos modernos de segurança, que ajudam a identificar "claramente" esses documentos. "Várias pessoas têm recorrido a documentos falsos, sobretudo, notas e passaportes", realça um dos formandos.

De acordo com essa fonte, a formação insistiu muito na

migração clandestina, uma das "grandes preocupações das autoridades cabo-verdianas" neste momento que tem procurado formas de combater esse problema. Assim, durante a formação, os franceses ensinaram as técnicas mais avançadas de falsificação de passaportes, um dos "primeiros recursos" para a entrada de africanos e chineses na Europa.

"O curso surgiu num momento propício, tendo em conta a grande quantidade de entrada de clandestinos no nosso país, nos últimos anos. Cabo Verde serve como um ponto de escala para a Europa", afirma a nossa fonte, para quem a polícia cabo-verdiana "não mede esforços para combater a entrada ilegal no nosso país".

Aliás, esse é mais um dos grandes desafios para a polícia cabo-verdiana, que tem registado cada vez mais clandestinos no país. Segundo a nossa fonte, têm sido procurados reforços para o seu combate, já que tal "só poderá ser feito pela via da cooperação com outros países e organizações".

Uma outra formação, esta na área de Controlo Fronteiriço, decorreu também, recentemente, durante três semanas. O curso, que abrangiu os efectivos da Emigração e Fronteiras da Praia, Sal, São Vicente e Fogo, serviu para reforçar e actualizar conhecimentos na área das fronteiras e é resultado da cooperação com Portugal.

CASO SHELL

Defesa pede nulidade do processo

A defesa do arguido Orlando Ramos, acusado pela Shell do desvio de quase 54 mil contos, solicitou, esta segunda-feira, a nulidade do processo criminal que pende sobre o técnico financeiro e, consequentemente, a rejeição do pedido de indemnização exigido pela petrolífera. Nas suas alegações, que deram entrada no Tribunal de S. Vicente no passado dia 5 de Junho, o advogado Pedro Rogério Delgado deixa claro que vai apresentar fundamentos visando anular o julgamento de Orlando Ramos por alegado crime de abuso de confiança, sustentado pelo Ministério Público e a própria Shell.

Paralelamente, a defesa voltou a insistir na necessidade da multinacional ser retirada do processo na qualidade de assistente, por considerar que compete ao Ministério Público, apoiado pela Judiciária, a exclusiva competência de sustentar a acusação, por se tratar de um crime público. Aliás, para Delgado, o seu constituinte não cometeu nenhum delito de abuso de confiança, logo não pode ser julgado por esse crime.

Quanto ao pedido de arresto movido pela Shell sobre os bens do ex-funcionário da petrolífera, Delgado considera que esse processo não deveria merecer deferimento prévio do Tribunal de S. Vicente. Todavia, a defesa pediu, no seu recurso, que os embargos sejam apensados ao processo-crime movido contra Ramos, até a sentença do caso. Isto porque, como justifica, o arguido vem sofrendo grandes prejuízos por causa desse arresto, que inclui uma residência avaliada em trinta e oito mil, 980 contos, duas viaturas e contas bancárias.

"Por via de consequência, deve reconhecer-se que a prisão preventiva do arguido está viciada de ilegalidade, porquanto não houve fortes indícios da prática de crime doloso - abuso de confiança - punível com pena de prisão superior", escreve Delgado no seu recurso, acrescentando ainda que essa detenção nunca aconteceria caso o Ministério Público tivesse organizado um processo-crime, em instrução preparatória, que é da sua competência e não da alçada da Polícia Judiciária. Sublinha ainda o advogado que Ramos não foi detido em flagrante delito, desta forma havia tempo para se instaurar uma investigação mais cuidada, envolvendo outros funcionários da Shell potencialmente relacionados com o assunto.

Para Belarmino Lucas, advogado da Shell, a defesa do arguido adoptou como sistema lançar mão de uma série de expedientes de carácter puramente dilatatório. Segundo Lucas, os recursos de Rogério Delgado não têm razão de ser. "O julgamento vai ser realizado logo que o Supremo Tribunal da Justiça tenha apreciado esses recursos e a Shell vai limitar-se a esperar que a Justiça seja feita", explica o jurista, para quem a petrolífera já foi altamente prejudicada com o tal rombo financeiro, que se aproxima dos 54 mil contos. Entretanto, foi impossível ouvir a versão do Ministério Público sobre as alegações sustentadas pela defesa, algo que pode acontecer numa próxima oportunidade.

KzB